

Ata N.º 5/2023

Pelas 15 horas do dia 11 de setembro de 2023, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Gavião, reuniu em sessão ordinária a assembleia municipal de Gavião. A sessão contou com as seguintes presenças: Paulo Manuel Alfaiate Pires, Isabel Maria Dias Martins, Mónica Mota Marques, Alberto Paisana Faria, Fábio Miguel Florindo Gomes, José Manuel Praia Neves, Daniel Manuel de Oliveira Tomás, Isabel Maria Casa Branca Martins, Silvia Tibúrcio da Palma, Ana Luisa Marques Carias, Andreia Gaspar Ascensão, Edmundo Pires Neves, Martina Martins de Jesus, Abílio Flores Mendes, Jorge Manuel Rodrigues Peixeiro e Germano Manuel Baptista Porfírio. -----

Registou-se a ausência dos deputados municipais Ana Luísa Flores Jeremias, Fernando Manuel Meneses Faca e Paulo Jorge Serra dos Santos. -----

Compareceu o senhor presidente da câmara, José Fernando da Silva Pio, o senhor vice-presidente, António Severino e a senhora vereadora Graciosa Espadinha Chambel. -----

Antes de iniciar a ordem de trabalhos, e nos termos do artigo 50.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o senhor presidente da assembleia propôs a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos: -----

PONTO DEZ = apreciação e eventual aprovação da Carta Educativa de Gavião, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 14.º do decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro; -----

O anterior ponto dez, passaria a ser o ponto onze = diversos. -----

O senhor presidente da assembleia questionou se algum membro se opunha à alteração proposta. -----

Os senhores deputados Isabel Casa Branca e Fábio Gomes manifestaram-se contra a alteração proposta, afirmando que o envio prévio do documento aos membros da assembleia tinha ocorrido com um prazo curto para análise do mesmo. -----

O senhor presidente da assembleia esclareceu que a carta educativa tinha sido elaborada por uma empresa contratada pela CIMAA, que tinha tido a seu cargo



a elaboração das cartas educativas para todos os concelhos do distrito. Tinha tido vários contributos de entidades do concelho, entre as quais o Agrupamento de Escolas de Gavião. Tinha sido apresentada ao Conselho Municipal de Educação. Dessa apresentação tinham resultado, alguns pedidos de alteração, que tinham sido aceites. Entretanto, o documento tinha sido enviado ao Ministério da Educação e apenas no dia 8 de setembro o IGEFE (Instituto de Gestão Financeira da Educação) tinha notificado o município da decisão de aprovação. O documento tinha sido enviado nessa data aos membros da assembleia municipal. Afirmou que, na sua opinião, a aprovação do IGEFE era um fator decisivo para aprovar o documento. Salientou que a Carta Educativa de Gavião seria uma das primeiras do distrito de Portalegre em condições de ser aprovada pela assembleia municipal. De seguida, colocou a alteração à ordem de trabalhos a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os pontos **três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove e dez** da ordem de trabalhos. -----

No período antes da ordem do dia, o senhor presidente da assembleia apresentou uma breve súmula dos assuntos que constavam nas atas do executivo municipal dos meses de junho, julho e agosto de 2023. Salientou que tinha sido dado conhecimento da listagem de intervenções necessárias ao bom funcionamento dos estabelecimentos do Agrupamento de Escolas de Gavião, remetida pela direção. Frisou que as escolas já acusavam alguma longevidade. Referiu que a escola sede tinha quase 300 alunos e 40 professores, para além do pessoal não docente. Apesar de haver alguns equipamentos danificados ou obsoletos, as escolas do agrupamento possuem ótimas condições, conforme tinha sido diversas vezes reconhecido por agentes externos ao agrupamento. Considerou que era importante os vereadores da oposição conhecerem as necessidades das escolas. Realçou que, na maioria, essas intervenções, já tinham sido executadas. Manifestou também o seu agrado pela alusão do senhor vice-presidente, ao encerramento do ano letivo. Sublinhou que na ata constavam pequenos detalhes de uma realidade complexa, sempre em busca do melhor para os alunos. Frisou que tinha gostado de ler que a escola não pode resumir-se a números. Salientou que os resultados obtidos nos rankings devem ter em consideração sobretudo a intervenção social realizada pelas

escolas nos eus territórios educativos, como por exemplo o facto de continuarmos a ter ensino secundário profissional, assim como todas as oportunidades e projetos em desenvolvimento para os cerca de 300 alunos. Realçou que se não fossem todas as intervenções sociais realizadas os resultados seriam ainda piores. Afirmou que o ano letivo teria início no dia seguinte e estavam reunidas todas as condições para o bom funcionamento das escolas. Estavam colocados quase todos os professores e também o número suficiente de trabalhadores não docentes. A falta de professores era uma realidade que não nos afetava diretamente. Tinha sido feita uma distribuição de serviço de forma a todos os docentes terem horários completos e que essa medida tinha resultado. Afirmou estar ansioso pela conclusão das obras, porque se verificava o congestionamento dos espaços interiores e exteriores. O Agrupamento de Escolas de Gavião seria um dos primeiros do distrito a iniciar o ano letivo o que permitiria, por exemplo, fazer ponte no feriado municipal. -----


Referiu também que o assunto da Ribeira da Venda era recorrente nas atas do executivo. Realçou a extrema importância do problema da falta de médico, que continuava sem solução. -----

Pronunciou-se relativamente à polémica referente ao corte das laranjeiras e considerou que o Gavião tem que evoluir. Afirmou que, na sua opinião, algumas das laranjeiras do Largo do Município também poderiam ser cortadas. Salientou a referência na ata, ao supermercado Auchan, referindo que o assunto parecia estar esquecido. Destacou ainda que estavam refletidos em ata muitos pedidos de apoio de associações do concelho, sinal da retoma da normalidade e da dinâmica associativa do concelho. -----

De seguida, o senhor presidente da assembleia deu conhecimento de um email remetido pela Assembleia de Freguesia de Belver, que a seguir se transcreve: -

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Gavião; -----

É do conhecimento de Vossa excelência que a vila de Belver tem singular potencial histórico, enorme atratividade turística e constatando-se intensa procura para segunda habitação, sendo atualmente os custos de aquisição demasiado elevados para os jovens e naturais, como a Estratégia Local de Habitação do Município de Gavião confirma. -----



Considerando ser benéfica a existência de uma Área de Reabilitação Urbana no núcleo histórico da vila de Belver, vimos por este meio solicitar a reflexão e apoio desse órgão autárquico, no desenvolvimento dos procedimentos para que tal desígnio estratégico ocorra. -----

Sabemos que esta temática se inclui nas competências e projetos de financiamento do Município. -----

Mais informo que Assembleia de Freguesia de Belver discutiu este assunto e aprovou por unanimidade, em reunião ocorrida no passado dia 6/9/2023, uma tomada de posição expressando preocupação pela ausência de investimento municipal e de fundos comunitários na área da reabilitação urbana e habitação. Na expectativa da melhor atenção e empenhamento para a evolução deste assunto. -----

*Com os mais respeitosos cumprimentos, -----
A Assembleia de Freguesia de Belver.” -----*

De seguida, o senhor presidente deu a palavra aos membros da assembleia. ---

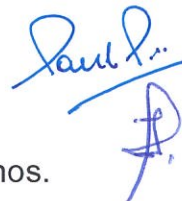
O senhor deputado Fábio Gomes interveio para questionar o ponto de situação da colocação do médico de família. Perguntou o que estava a ser feito pela autarquia. Referiu que na sessão anterior, tinha sido dito que ia ser posta a concurso uma vaga pela ULSNA e iriam recorrer a um prestador de serviços. Questionou também se havia alguma evolução na questão da Plataforma Logística de Domingos da Vinha. Referiu, ainda, que tinha lido com atenção as atas e o senhor vereador Rui Vieira abordou o tema do Beat Fest. Considerou que estava na altura de reunir com o promotor. Na sua opinião, tratava-se de um investimento avultado, para o retorno que tem e devia ser repensado. Considerou que a ideia inicial do festival era interessante, mas o estilo de música era exclusivo de um determinado tipo de público, que não trazia grande retorno ao concelho. Pelo contrário o Festival do Crato, trazia retorno para aquele concelho. -----

Terminada a intervenção, o senhor presidente da assembleia, deu a palavra ao senhor presidente da câmara. -----

O senhor presidente da câmara cumprimentou todos os presentes. Referindo-se ao email da Assembleia de Freguesia de Belver, realçando que a Estratégia Local de Habitação (ELH) é transversal a todo o concelho. Informou que, recentemente, tinha sido publicada legislação acerca dos investimentos no

Saul P.


âmbito da ELH. Salientou que o preço das habitações era um problema. Os preços praticados no concelho eram muito altos, mesmo nas habitações degradadas. A freguesia de Margem era onde os preços eram mais razoáveis. Apesar disso, já decorriam algumas negociações. Afirmou acreditar que brevemente se começaria a implementar a ELH e informou que tinha sido contratada uma empresa para prestar apoio nessa área. Relativamente à ARU (Área de Reabilitação Urbana), salientou que a freguesia de Belver já tinha um documento estratégico elaborado pelo GTL (Gabinete Técnico Local). Referiu que ainda não se tinha debruçado sobre o documento e reconheceu que talvez o mesmo precisasse de ser atualizado. Frisou que a ARU era um instrumento muito importante para as candidaturas e, caso se viesse a verificar a necessidade, poderiam ser criadas ARU no restante território. -----
Realçou que a colocação de um médico era um problema de difícil resolução. Informou que tinha havido uma reunião no dia 13 de agosto com uma médica, que se tinha disponibilizado para vir para Gavião. Tinha-lhe sido oferecido o mesmo apoio dado ao profissional aqui colocado anteriormente. A ULSNA (Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano) tinha disponibilizado uma vaga carenciada, com suplemento remuneratório. A referida médica tinha falado com o diretor do centro de saúde e quase tinha acertado os horários. Uma semana depois, tinha rescindido contrato com a ULSNA e tinha ido trabalhar para Castelo Branco. Assegurou que mantinha os contactos com a ULSNA para resolver o problema. Naquele momento, havia um médico no centro de saúde, em regime de tarefa e tinha-lhe sido dito que em janeiro viria uma médica. ----
Relativamente à Plataforma Logística de Domingos da Vinha, prosseguiam os contactos com o promotor e a Câmara Municipal de Gavião continuava a prestar todo o apoio possível. Tinha sido disponibilizado um espaço na Incubadora de Empresas de Gavião para receber os proprietários. Tinha sido cedida também uma impressora. Afirmou saber que os proprietários tinham assinado um documento onde manifestavam a intenção de vender os terrenos. Questionou a legalidade desse documento. Destacou que desconhecia o teor das conversas com os proprietários. -----
Evidenciou que o Beat Fest era um projeto que constava no programa eleitoral. Salientou que na última edição tinha havido um espetáculo de música de um estilo diferente com a artista Bárbara Tinoco. No fim-de-semana em que tinha



ocorrido o festival tinha havido espetáculos de hip-hop em concelhos próximos. Esta tinha sido a edição com menos bilhetes vendidos, para os 3 dias. Mas o domingo tinha sido o melhor dia de todas as edições. Realçou que o espaço onde decorre o festival já era propriedade municipal e podiam ser repensados alguns pormenores na organização do evento. Reconheceu que o Festival do Crato tinha maior impacto, mas o investimento também era superior ao do Beat Fest. Referiu que a nossa realidade era diferente e o espaço também não tinha condições para receber tantos espetadores como no Crato. Admitiu que deveria haver uma reflexão de modo a melhorar o evento. -----

O senhor deputado Fábio Gomes questionou se concordava que o investimento de cerca de 90 mil euros era muito alto para o retorno. -----

O senhor presidente frisou que os agentes económicos e as associações não tinham pago nada pela utilização do espaço e tinham tido retorno. Para que esses tivessem retorno o município não conseguia ter. -----

O senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia, Germano Porfírio, questionou se o plano de Belver tinha algumas condicionantes, por se tratar de uma vila histórica. -----


O senhor presidente esclareceu que Belver tem uma quota, em que as casas não podem sofrer alterações. Tem limitações que outras localidades não têm. Afirmou ter dúvidas se devia avançar-se para um plano novo ou atualizar o documento existente. Na sua opinião, a zona de proteção do castelo devia ser mantida e algumas condicionantes, do restante espaço, podiam ser eliminadas.

O senhor deputado Paisana Faria alertou para a presença de duas caravanas no caminho de Alvisquer, entre duas árvores. Pediu esclarecimentos sobre o assunto, questionando se aquele era um espaço de construção ou um parque de campismo. -----

O senhor presidente informou que esse assunto se encontrava em apreciação no gabinete jurídico municipal e tinha sido pedido também o parecer do consultor jurídico. Realçou que se tratava de um espaço de reserva agrícola nacional (RAN) por isso a permanência era decerto ilegal. -----

PONTO UM = Apreciação e eventual aprovação da ata da sessão anterior;

O senhor presidente da assembleia colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. Colocada a votação foi a mesma aprovada por maioria, com a

Paul P.


abstenção dos senhores deputados Alberto Paisana Faria, Fábio Gomes e Abílio Mendes (presidente da Junta de Freguesia de Comenda) e com o voto contra da senhora presidente da Junta de Freguesia de Belver, Martina de Jesus, que apresentou a declaração de voto, que abaixo se transcreve. -----

“Na posse e conhecimento da Ata N:4/2023 do Órgão a que preside, julgo impor-se as seguintes considerações: -----

- 1- Como é do conhecimento de Vossa Excelência e, pelo documento que lhe chegou, com a tomada de posição da Assembleia de Freguesia de Belver, reitero que a vila de Belver tem singular potencial histórico, enorme atratividade turística, constatando-se intensa procura para segunda habitação, sendo atualmente os custos de aquisição demasiado elevados para os jovens e naturais, como a Estratégia Local de Habitação do Município de Gavião confirma. -----*
- 2- Mais informo, que a Assembleia de Freguesia de Belver discutiu este assunto e aprovou por unanimidade, em reunião ocorrida no passado dia 6/9/2023, uma tomada de posição expressando preocupação pela ausência de investimento Municipal e de Fundos Comunitários na área da reabilitação urbana e habitação, na Freguesia de Belver. -----*
- 3- Considerando ser benéfica a existência de uma Área de Reabilitação Urbana no núcleo histórico da Vila de Belver, questionei e solicitei reflexão e apoio no desenvolvimento dos procedimentos para que tal desígnio estratégico ocorra. -----*
- 4- Sabemos que esta temática se inclui nas competências e projetos de financiamento ao alcance do Município de Gavião e que tem enquadramento legal e elegibilidade, uma Área de Reabilitação Urbana em Belver. -----*
- 5- Reafirmo a minha legitimidade política enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Belver eleita diretamente pelo Povo, para intervir na defesa dos nossos legítimos anseios e pugnar pelo seu desenvolvimento em sede deste órgão deliberativo municipal. -----*
- 6- Renovo a afirmação que fiz na sessão anterior que não observo na ata, é legal e possível o Município de Gavião adjudicar a elaboração de uma ARU para a vila de Belver e não apenas para a sede do concelho. -----*

7- Relembro que a Vila histórica de Belver e o Município de Gavião beneficiaram da instalação e trabalho desenvolvido pelo Gabinete Técnico Local, entre os anos 1999 e 2001. Foi elaborado um Plano de Ação Local e, concretizados investimentos estratégicos para a atividade turística no Município de Gavião. Esse Plano de Ação Local, como se compreenderá, está manifestamente desatualizado à data de hoje, cito o estado de degradação, ruína do edifício da escola velha de Belver, com perigo para a circulação de pessoas e projetando uma imagem péssima do núcleo urbano da vila. Utilizar esse argumento para justificar no presente, a ausência total de investimento municipal, é atitude política ligeira, intolerável e com consequências gravosas para o nosso desenvolvimento. -----

8- Acrescento que, a discussão política deverá caracterizar-se pelo rigor dos factos, com respeito e educação, sem recurso à ofensa pessoal que o Presidente da Câmara Municipal de Gavião, José Pio, utilizou direccionada à Presidente da Junta de Freguesia de Belver, Martina Pires Marcelino de Jesus. A minha personalidade, intervenção política e pública são sobejamente conhecidas e sem mácula. -----

9- Deixo para a reflexão futura que se impõe por parte de quem preside e conduz os trabalhos desta Assembleia Municipal de Gavião este contributo pessoal e institucional, vislumbrando a afirmação e dignificação deste Órgão Autárquico. -----

Com o fundamento no atrás exposto, esclareço o meu voto **contra a Ata**, que não corporiza menor apreço e valorização por quem a elaborou.” -----

O senhor deputado Fábio Gomes considerou que as atas deviam espelhar todas as intervenções. -----

O senhor presidente da assembleia frisou que todos os presentes tinham ouvido a troca de palavras entre o senhor presidente da câmara e a presidente da Junta de Freguesia de Belver. Tinha sido transcrita uma súmula dessas intervenções, procurando dignificar este órgão. -----

O senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia, Germano Porfírio, realçou que as atas elaboradas pela primeira secretária eram extensas e completas. -----



PONTO DOIS = Informação sobre a atividade do município e a situação financeira do mesmo - alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

O senhor presidente da assembleia realçou que o relatório de atividades, entregue pelo senhor presidente da câmara tinha sido remetido previamente a todos os membros, pelo que foi dispensada a leitura do mesmo. -----

De seguida, o senhor presidente da câmara apresentou o resumo diário de tesouraria relativo ao dia 8 de setembro de 2023, que apresentava um saldo de 829.675,62€ (Operações Orçamentais – 564.848,67€ e Operações de Tesouraria – 264.826,95€). -----

O senhor presidente salientou que a situação financeira se mantinha estável e controlada. Os autos de medição das obras estavam a ser pagos, de acordo com o cronograma financeiro. -----

PONTO TRÊS = fixação da participação variável de IRS a aplicar aos rendimentos de 2024 (n.º 1 e 2 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e alínea e) do n.º 1, do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

A câmara municipal propôs a aplicação da taxa de 5% de redução (máximo possível), fixando a participação do município em 0%, devolvendo aos munícipes os 5% de IRS que lhe caberiam. -----

Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Fábio Gomes deu os parabéns ao executivo municipal pela medida em apreciação e também pelas propostas constantes nos dois pontos seguintes da ordem de trabalhos. -----

PONTO QUATRO = deliberação sobre as taxas de IMI a praticar em 2024 (artigo 112.º do Código do I.M.I. aprovado pelo Dec. Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

Foi proposta, pela câmara municipal, a aplicação da taxa de IMI de 0,3% - prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, bem como a majoração de 30% do imposto, nos prédios degradados e o triplo do valor para os prédios considerados em ruína. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO = apreciação e eventual aprovação da proposta de não aplicação da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, a cobrar em 2024; -----

Colocada a votação, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de não aplicação de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, a cobrar em 2024. -----

PONTO SEIS = apreciação e eventual autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

- **Aquisição de serviços de transporte para aluno com dificuldades locomotoras,** a contratar à Associação Humanitária de Bombeiros de Gavião. Despesa prevista para 2023 – 10.396,80€ (IVA incluído) e para 2024 – 17.920,80€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

O senhor presidente da câmara salientou que se tratava de um serviço que não beneficiava de qualquer apoio de outra entidade. Era integralmente suportado pelo Município de Gavião. -----

- **Produtos Químicos para a Piscina Municipal Coberta,** ao abrigo de Acordo Quadro da CIMAA, a contratar a SIQ – Sociedade de Indústrias Químicas. Despesa prevista para 2023 – 1.841,51€ (IVA incluído), para 2024 - 1.841,51€ (IVA incluído) e para 2025 - 1.841,51€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de gás a granel, para o Agrupamento de Escolas de Gavião,** ao abrigo de Acordo Quadro da CIMAA, a contratar a RUBIS – Energia Portugal S.A. Despesa prevista para 2023 – 4.524,86€ (IVA incluído), para 2024 – 18.099,45€ (IVA incluído), para 2025 - 18.099,45€ (IVA incluído) e para 2026 – 13.574,59€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Refeições escolares para alunos do 1.º ciclo e pré-escolar da Comenda,** a contratar à Santa Casa da Misericórdia de Gavião. Despesa prevista para 2023 – 6.624,63€ (IVA incluído) e para 2024 – 13.051,50€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Transportes Escolares para o Agrupamento de Escolas de Gavião e Escolas Secundárias de Ponte de Sor e Portalegre,** a contratar a TAA – Transportes do Alto Alentejo. Despesa prevista para 2023 – 15.000,00€ (IVA incluído) e para 2024 – 20.000,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -

- **Transportes Escolares para o Agrupamento de Escolas de Gavião e Escolas Secundárias de Abrantes**, a contratar a Rodoviária do Tejo. Despesa prevista para 2023 – 22.211,69€ (IVA incluído) e para 2024 – 31.235,60€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de Serviço de Comunicações Terrestres (consulta prévia)**. Despesa prevista para 2023 – 3.721,80€ (IVA incluído), para 2024 – 8.932,24€ (IVA incluído), para 2025 - 8.932,24€ (IVA incluído) e para 2026 – 5.210,48€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de serviços para a consultadoria técnica e financeira**, por um período de 18 meses, a contratar a Smart Vision – Assessores e Auditores Estratégicos, Lda. Despesa prevista para 2023 – 4.059,00€ (IVA incluído), para 2024 – 16.236,00€ (IVA incluído) e para 2025 – 4.059,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Apoio ao desporto**, a liquidar a Clube Gavionense. Despesa prevista para 2024 – 15.000,00€ e para 2025 – 30.000,00€. Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Paisana Faria questionou porque motivo o valor de 2025 era o dobro de 2024. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que os valores se mantinham face à época desportiva transata. Eram 3 tranches e 2 seriam pagas em 2024. -----

A assembleia municipal deliberou também, por unanimidade, **aprovar a recalendarização** dos seguintes compromissos plurianuais: -----

- **Serviços de eletricidade**, contratados a Petróleos de Portugal – Petrogal S.A. Valor para 2023: -218.381,69€ (IVA incluído) e valor para 2024: +218.381,69€ (IVA incluído); -----

- **Licença ODS Local Avançada**, contratada a 2ADAPT – Serviços de Adaptação Climática, Lda. Valor para 2023: +1.500,00€ (IVA incluído) e valor para 2024: -1.500,00€ (IVA incluído). -----

PONTO SETE = 2.ª revisão ao orçamento 2023 e GOP; -----

A assembleia municipal deliberou por unanimidade, aprovar a **2.ª revisão ao Orçamento 2023** no valor de 13.200,00€ e a **2.ª revisão às GOP** no valor de 0€. -----

O senhor presidente da câmara fundamentou a revisão com a revisão de preços da obra da sede da CIMAA (Comunidade Intermunicipal do Alto

Alentejo). Informou que as instalações seriam inauguradas no dia 14 de setembro. -----

PONTO OITO = apreciação e eventual aprovação dos regulamentos do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas; -----

Tendo sido remetidos antecipadamente a todos os membros foi dispensada a leitura dos referidos regulamentos. Nos termos da citada legislação, os mesmos foram colocados a votação, tendo sido aprovados por unanimidade". --

PONTO NOVE = apreciação e eventual aprovação da Carta Social Municipal de Gavião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Portaria n.º 66/2021, de 17 de março; -----

Tendo sido remetido antecipadamente a todos os membros, foi dispensada a leitura do documento. Depois de prestados todos os esclarecimentos solicitados, o documento foi colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com duas abstenções. -----

Abstiveram-se na votação do assunto os senhores deputados Fábio Gomes e Isabel Casa Branca Martins, por considerarem não ter tido tempo para analisar o documento, dado que o mesmo era bastante extenso e de responsabilidade considerável, tendo sido enviado aos deputados antes do fim de semana (no dia 6) -----

Na apreciação deste assunto, o senhor deputado Paisana Faria realçou que se tratava de um documento extenso e importante para conhecer o território e estabelecer comparações com municípios próximos. Considerou que os municípios de Nisa, Crato e Gavião estavam na cauda dos municípios do Alto Alentejo. -----

O senhor presidente da câmara questionou em que pontos estávamos na cauda do Alto Alentejo. -----

O senhor deputado Paisana Faria afirmou que essa posição se verificava em vários fatores. Alertou para o ponto 4.1.1 que continha uma incorreção na localização do concelho, pois o este e oeste estavam trocados. -----

O senhor presidente da câmara informou que a Carta Social tinha sido elaborada no âmbito de um procedimento da CIMAA. Anteriormente havia um documento elaborado no âmbito do CLASG (Conselho Local de Ação Social de Gavião). Frisou que, comparando os dois documentos eram visíveis o aumento

do número de óbitos e o decréscimo dos nascimentos em todas as freguesias. Salientou que tinham sido utilizados dados do Instituto Nacional de Estatística e do POR DATA. -----

PONTO DEZ = apreciação e eventual aprovação da Carta Educativa de Gavião, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 14.º do decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro; -----

Tendo sido remetido antecipadamente a todos os membros, foi dispensada a leitura do documento. Nos termos da citada legislação, o documento foi colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com duas abstenções. – Abstiveram-se na votação do assunto os senhores deputados Fábio Gomes e Isabel Casa Branca Martins, por considerarem não ter tido tempo para analisar o documento, dado que o mesmo era bastante extenso e de responsabilidade considerável, tendo sido enviado aos deputados antes do fim de semana (no dia 8) -----

Na apreciação do documento, o senhor presidente da assembleia afirmou que a Carta Educativa anterior estava muito desatualizada, pois estava em vigor há 10 anos. Realçou que a realidade educativa é muito dinâmica e desatualiza com frequência. -----

A senhora presidente da Junta de Freguesia de Belver alertou para um erro, pois estava referida a estação de Belver, como um apeadeiro e não é verdade. O senhor presidente da câmara assegurou que seria efetuada a correção. -----

O senhor deputado Paisana Faria referiu que o documento não devia ser rígido e devia ser corrigido sempre que fosse necessário. -----

O senhor presidente da câmara frisou que o documento tinha sido elaborado por uma empresa, que tinha sido contratada para elaborar as cartas educativas de 14 municípios da CIMAA. Tinha havido um município que não tinha integrado o procedimento. Posteriormente seria elaborada uma Carta Educativa Intermunicipal. Em relação ao documento anterior, esta “geração” de cartas educativas estaria “alojada” numa plataforma e haveria a possibilidade de atualizar o documento sempre que fosse necessário. Esclareceu que o atraso no envio documento tinha sido motivado pela necessidade de pareceres de diversas entidades. As alterações solicitadas tinham sido de conteúdo, mas sobretudo de ortografia e pontuação. Evidenciou que era a primeira carta

educativa a ser aprovada no distrito. Salientou que a legislação determinava que o documento tinha de ser aprovado até ao final daquele mês. -----

PONTO ONZE = diversos; -----

O senhor deputado Fábio Gomes questionou se o município tinha informado os concessionários dos espaços de bar que iria antecipar o encerramento da época balnear. Realçou que os valores pagos pela concessão do bar da Eco Laguna lhe pareciam excessivos, acrescentando o facto de ir encerrar mais cedo. Afirmou não perceber porque motivo o mês de outubro era considerado época alta. Ainda acerca da Eco Laguna sugeriu que o horário, nos meses de junho, julho e agosto fosse alargado para as 20H00. Com crianças evitava-se o horário de maior exposição solar e depois das 17H30M período de funcionamento era muito curto. Sugeriu também que fosse eliminada a pausa das 13H00 às 14H00. Referiu que tinha verificado o descontentamento dos visitantes que tentavam entrar durante esse período e não conseguiam. Questionou também o que estava a impedir a abertura da Pastelaria Pereira, pois havia rumores de que o município estava a criar entraves para que isso acontecesse. -----

A senhora presidente da Junta de Freguesia de Belver, Martina de Jesus, questionou o ponto de situação da recolha do lixo, pois continuava a ser prestado um serviço deficitário. Sugeriu que o retrato do senhor Luis Heitor Alves que se encontrava no Salão Nobre fosse substituído. -----

Em resposta ao senhor deputado Fábio Gomes, o senhor presidente da câmara salientou que a época balnear não tinha sido antecipada. A data prevista inicialmente era 10 de setembro e tinha passado para o dia 17. Realçou que o concessionário tinha conhecimento e tinha pedido para reduzir o valor da renda a pagar em setembro e outubro. Afirmou pensar que não seria possível aprovar essa redução, porque a concessão tinha sido objeto de procedimento público. Mas o assunto estava em análise no gabinete jurídico. Relativamente ao alargamento do horário da Eco Laguna, considerou que seria difícil porque havia apenas quatro nadadores salvadores e estavam colocados dois na Praia do Alamal e dois na Eco Laguna. Assegurou que no próximo ano essa proposta seria analisada e implementada se houvesse possibilidade. Manifestou o seu acordo com a proposta de não encerrar a bilheteira na hora do almoço e considerou que devia ser corrigido, mas reconheceu que com as

folgas semanais dos trabalhadores não seria fácil. Em relação à Pastelaria Pereira, assegurou que a câmara municipal não tinha criado entraves. Tinha havido um atraso na entrega do processo de obras, logo a licença para realizar as obras também tinha atrasado. Afirmou acreditar que o espaço abriria muito brevemente. Quanto à questão da recolha do lixo, afirmou comungar da preocupação da presidente da Junta de Freguesia de Belver. Informou que tinha havido uma reunião com a empresa, porque a recolha estava a correr mal em todo o concelho. Afirmou esperar que o problema fosse resolvido. -----

O senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia, Germano Porfírio, referiu que tinha falado com um dos funcionários e tinha-lhe sido dito que havia apenas dois trabalhadores a realizar o serviço e deveriam ser três. –

O senhor presidente da câmara informou que tinham concorrido duas empresas ao procedimento e tinha ganho a que tinha apresentado o preço mais baixo. Mas infelizmente não estavam a cumprir com o contrato, também em relação à limpeza dos contentores. Referiu, ainda, que concordava com a proposta de substituição do retrato do senhor Luis Heitor Alves. -----

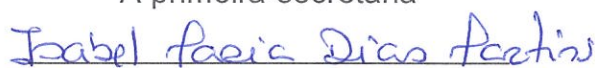
Terminadas as intervenções, o senhor presidente da mesa da assembleia municipal agradeceu a presença de todos os membros e declarou encerrada a sessão, eram dezassete horas e dez minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade no final da sessão e que vai ser assinada pelo presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, primeira secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O presidente da assembleia municipal



(Prof. Paulo Manuel Alfaiate Pires)

A primeira-secretária



(Isabel Maria Dias Martins)